



AS DIFICULDADES DE MULHERES TRANSSEXUAIS NO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL

Ana Júlia Nunes Ribeiro *

Gabriela Moreno Silva *

Gabrielly Thomé Vieira *

Gessica De Camargo Vieira *

Karolyn Barreto *

Matheus Toscas *

Michelle Cristina Bliskoski Soares *

Mirella Costa Junqueira *

Nicoli Teixeira Silva *

Priscila Santos De Souza *

Luiz Guilherme Leite Amaral ** - luiz.amaral@athonedu.com.br

Resumo: Uma pesquisa sobre as vivências de mulheres trans no sistema carcerário brasileiro é essencial para entender as complexidades enfrentadas por esse grupo marginalizado. Essa investigação é socialmente relevante pois busca dar visibilidade a um grupo historicamente silenciado e oferece uma compreensão aprofundada das barreiras no ambiente prisional. A falta de estudos específicos sobre mulheres trans nas prisões

brasileiras torna a pesquisa vital, contribuindo para o entendimento acadêmico das dinâmicas de gênero no sistema carcerário e orientando políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que respeitem os direitos humanos e a dignidade dessas pessoas. A metodologia inclui um vídeo que evidencia as dificuldades enfrentadas por pessoas trans no sistema prisional brasileiro, destacando a segregação em detenções masculinas, a violação de direitos e a falta de acesso à transição. A transfobia perpetuada por agentes penitenciários é um problema central. Outras fontes, como reportagens e artigos, reforçam a violência e as dificuldades enfrentadas por mulheres trans, apontando a falta de estrutura do sistema prisional e a necessidade de proteger os direitos dessa população. Entrevistas com figuras como a advogada transexual Raica Souza ilustram as discriminações no sistema carcerário, apesar de medidas como a Resolução nº 11 de 2014 e decisões do Supremo Tribunal Federal. Os desafios incluem o acesso a medicamentos e tratamentos específicos, sublinhando a necessidade de garantir direitos à saúde e assistência jurídica especializada. O documentário "Close" apresenta a realidade de mulheres trans em presídios, destacando privilégios, desafios e a busca por procedimentos estéticos mesmo em condições adversas. Os resultados da pesquisa indicam a urgência de políticas que garantam segurança, respeito e acesso a tratamentos para pessoas trans no sistema prisional, combatendo o preconceito e promovendo um ambiente inclusivo. A conscientização, a educação e a participação da sociedade civil são cruciais para construir uma sociedade mais justa e respeitosa em relação à diversidade de identidade de gênero.

Palavras-Chaves: Mulheres trans, Sistema carcerário, Transfobia, Direitos humanos, Inclusão.

Abstract: A study on the experiences of trans women in the Brazilian prison system is essential to understand the complexities faced by this marginalized group. This investigation is socially relevant as it seeks to give visibility to a historically silenced group and provides a deep understanding of the barriers in the prison environment. The lack of specific studies on trans women in Brazilian prisons makes the research vital, contributing to the academic understanding of gender dynamics in the prison system and guiding more inclusive and effective public policies that respect human rights and the dignity of these individuals. The methodology includes a video that highlights the difficulties faced by trans people in the Brazilian prison system, emphasizing the segregation in male detention, the violation of rights, and the lack of access to transition. The transphobia perpetuated by prison guards is a central issue. Other sources, such as reports and articles, reinforce the violence and difficulties faced by trans women, pointing out the lack of prison system structure and the need to protect the rights of this population. Interviews with figures like the transsexual lawyer Raica Souza illustrate the discrimination in the prison system, despite measures like Resolution No. 11 of 2014 and Supreme Court rulings. Challenges include access to medications and specific treatments, highlighting the need to ensure health rights and specialized legal assistance. The documentary "Close" presents the reality of trans women in prisons, highlighting privileges, challenges, and the pursuit of aesthetic procedures even under adverse conditions. The research results indicate the urgency of policies that ensure security, respect, and access to treatments for trans people in the prison system, combating prejudice and promoting an inclusive environment. Awareness, education, and civil society participation are crucial to building a fairer and more respectful society regarding gender identity diversity.

Keywords: trans women, Prison system, Transphobia, Human rights, Inclusion.

1. Introdução

O enfrentamento das dificuldades vivenciadas por mulheres trans no sistema carcerário do Brasil requer uma abordagem cuidadosa e abrangente. A situação atual é permeada por desafios complexos que vão além das barreiras físicas das prisões, atingindo a essência da integridade, dignidade e direitos humanos dessas indivíduos.

A sociedade, por vezes, permanece desinformada ou insensível às necessidades específicas das mulheres trans no contexto de sociedade geral e principalmente prisional. Este cenário é agravado pelo sistema prisional, que muitas vezes não está adequadamente equipado para lidar com a diversidade de identidades de gênero. Isso resulta em experiências extremamente adversas para as mulheres trans durante o período de detenção, elevando as vulnerabilidades já presentes.

A compreensão dessas dificuldades é crucial para a construção de estratégias que promovam a igualdade e o respeito pelos direitos fundamentais, independentemente da identidade de gênero. O acesso a cuidados de saúde adequados, incluindo atenção especializada às necessidades de saúde mental e hormonal, é uma área crítica que frequentemente é negligenciada no ambiente prisional. A implementação de políticas inclusivas e treinamento para profissionais do sistema carcerário são passos essenciais para assegurar que as mulheres trans sejam tratadas com dignidade e respeito durante todo o processo de encarceramento.

Além disso, é imperativo abordar as barreiras sociais e culturais que contribuem para a discriminação e marginalização dessas mulheres. A sensibilização pública sobre as questões enfrentadas por mulheres trans no sistema carcerário é fundamental para combater estigmas e preconceitos, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em última análise, a promoção de políticas e práticas que garantam a igualdade de tratamento para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, é essencial para criar um sistema carcerário mais justo e respeitoso. O reconhecimento e enfrentamento dessas dificuldades são passos cruciais em direção a um sistema mais humano, que respeita a diversidade e protege os direitos fundamentais de todas as pessoas, incluindo as mulheres trans no sistema carcerário do Brasil.

2. Problema

No cenário muitas vezes obscuro e desafiador do sistema carcerário brasileiro, é imperativo destacar as vivências e dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres trans, revelando as histórias reais que se desdobram por trás das grades. Estas narrativas,

frequentemente relegadas ao silêncio, representam uma peça crucial no entendimento das complexidades e injustiças enfrentadas por essa parcela da população encarcerada. Os relatos contundentes de mulheres trans confinadas pintam um retrato doloroso de discriminação sistêmica, mostrando como a falta de políticas inclusivas e de compreensão por parte do sistema prisional contribui para agravar sua situação. A entrada em celas inadequadas, muitas vezes em condições insalubres, e a exposição a ambientes hostis evidenciam a falta de preparo para lidar com a diversidade de identidades de gênero dentro das prisões.

A escassez de acesso a tratamento médico apropriado é um ponto crucial destacado pelos relatos. A negação de cuidados básicos, como o acesso a hormônios e serviços especializados em saúde mental, não apenas compromete a integridade física e mental dessas mulheres, mas também destaca a urgência de políticas que atendam às suas necessidades específicas de saúde.

As experiências compartilhadas revelam a triste realidade da violência verbal e física dentro das prisões, destacando como a discriminação e o preconceito sistêmicos contribuem para um ambiente perigoso e hostil para as mulheres trans. O isolamento social, a falta de apoio e a ausência de medidas efetivas de proteção aumentam a vulnerabilidade já existente, tornando-as alvos frequentes de abusos.

É fundamental enfatizar que o cerne do problema reside nas vivências e dificuldades únicas enfrentadas por mulheres transsexuais no sistema carcerário. A falta de reconhecimento e respeito à identidade de gênero autodeclarada, evidenciada em situações como revistas íntimas e a inadequada utilização de espaços como banheiros, destaca a necessidade premente de reformas estruturais e de conscientização.

Embora existam esforços por parte de organizações e ativistas para mudar esse quadro, é crucial que a sociedade como um todo se envolva no diálogo aberto e na reflexão sobre as experiências reais dessas mulheres. Somente ao reconhecer e confrontar essas histórias podemos esperar catalisar a mudança necessária para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, sejam tratadas com dignidade, respeito e justiça, mesmo no contexto desafiador do sistema carcerário.

3. Pergunta Norteadora

Em nossa pesquisa, buscamos minuciosamente compreender as experiências vivenciais de mulheres trans no sistema carcerário brasileiro, investigando de que maneira

essas vivências impactam não apenas a integridade física, mas também a saúde mental e emocional dessas indivíduos. Como as condições de detenção, incluindo a inadequação de espaços, exposição a ambientes hostis e a falta de acesso a tratamentos médicos apropriados, contribuem para a vulnerabilidade dessas mulheres? Além disso, exploramos de que forma as práticas discriminatórias, como revistas íntimas e a falta de reconhecimento à autodeclarada identidade de gênero, afetam negativamente o bem-estar psicológico e emocional.

Adicionalmente, propomos uma análise crítica das políticas atuais do sistema prisional brasileiro no que tange às mulheres trans, avaliando sua eficácia e identificando lacunas que podem perpetuar a marginalização desse grupo. Como as medidas existentes podem ser aprimoradas para promover uma abordagem mais inclusiva, respeitosa e justa no ambiente prisional? Consideramos não apenas as políticas formais, como a Resolução nº 11 de 2014 e as determinações do Supremo Tribunal Federal, mas também a sua implementação prática e as eventuais discrepâncias entre a teoria e a realidade vivenciada por essas mulheres.

Nossa pesquisa busca, portanto, ir além da superficialidade das dificuldades enfrentadas, explorando profundamente as narrativas das mulheres trans no sistema carcerário brasileiro. Ao fazê-lo, almejamos contribuir para um entendimento mais holístico das complexidades envolvidas e, conseqüentemente, fornecer insights substanciais para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e compassivas, que assegurem a integridade física, mental e emocional das mulheres trans no contexto prisional.

4. Justificativa

A pesquisa sobre as vivências e dificuldades de mulheres trans no sistema carcerário brasileiro é essencial devido à urgente necessidade de compreender e abordar as complexidades enfrentadas por esse grupo marginalizado. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de destacar uma lacuna significativa no entendimento do sistema prisional brasileiro, promovendo uma abordagem mais abrangente e inclusiva.

Primeiramente, a relevância social desta pesquisa é evidente ao considerar a invisibilidade histórica das mulheres trans dentro do sistema carcerário. Ao trazer à tona suas experiências reais, o estudo visa dar voz a um grupo frequentemente silenciado,

permitindo uma compreensão mais profunda das barreiras e desafios que enfrentam no ambiente prisional.

Além disso, a pesquisa busca preencher uma lacuna crítica no conhecimento existente, uma vez que há uma escassez significativa de estudos focados nas vivências específicas das mulheres trans nas prisões brasileiras. Ao abordar essa lacuna, a pesquisa contribuirá para a ampliação do entendimento acadêmico sobre as dinâmicas de gênero dentro do sistema carcerário, enriquecendo o conhecimento existente sobre o tema.

A importância prática da pesquisa também se reflete na necessidade de orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Ao compreender as dificuldades enfrentadas por mulheres trans no sistema carcerário, a pesquisa pode informar a formulação de políticas mais sensíveis às necessidades dessa população, promovendo mudanças que visem garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade no ambiente prisional.

Assim, a pesquisa proposta não apenas preenche uma lacuna no conhecimento, mas também busca contribuir para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades para mulheres trans no sistema carcerário, alinhando-se a um imperativo social de justiça e respeito à diversidade. Em última análise, esta pesquisa busca ser um instrumento de transformação, fornecendo informações fundamentais para a construção de um sistema prisional mais justo, inclusivo e respeitoso para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

5. Hipótese

Há uma relação significativa entre a falta de políticas específicas de acolhimento e o aumento da vulnerabilidade física, mental e emocional de mulheres trans no sistema prisional brasileiro. A hipótese pressupõe que a ausência de diretrizes adequadas contribui para experiências mais adversas, manifestadas por maior incidência de discriminação, violência e falta de acesso a cuidados médicos e psicossociais.

6. Metodologia

O objeto de pesquisa deste estudo são fontes audiovisuais e documentais disponíveis online, incluindo vídeos retirados do YouTube, artigos documentais e matérias jornalísticas. Essas fontes foram escolhidas estrategicamente para proporcionar uma abordagem abrangente e multifacetada das vivências e dificuldades enfrentadas por mulheres trans no sistema carcerário brasileiro.

Justificativa da Escolha: A escolha desse objeto de pesquisa baseia-se na necessidade de capturar a diversidade de narrativas e experiências das mulheres trans no contexto prisional. Os vídeos do YouTube oferecem relatos em primeira pessoa, permitindo uma imersão direta nas histórias das mulheres trans encarceradas. Além disso, artigos documentais e matérias jornalísticas fornecem uma visão analítica e contextualizada, enriquecendo a compreensão das condições e desafios enfrentados por esse grupo.

Viabilidade e Relevância: A acessibilidade dessas fontes online torna o objeto de pesquisa viável dentro dos recursos e tempo disponíveis. Além disso, a relevância acadêmica, científica e social dessas fontes reside na capacidade de oferecer uma perspectiva atualizada e autêntica das experiências das mulheres trans no sistema carcerário, enriquecendo a pesquisa com dados concretos e narrativas impactantes.

VÍDEO: PESSOAS TRANS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: CISNORMATIVIDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

O vídeo debate “Pessoas trans no sistema prisional brasileiro: cisnormatividade e violação de direitos” (2020) feito por Marina Reidel (Diretora de promoção de Direitos LGBT do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), Natália Macedo Sanzovo (Doutoranda e Mestra pelo Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP) Luiza Ferreira Lima (Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela USP e mestra em Antropologia Social pela USP) mostra que a realidade dentro dos 31 presídios do Brasil, trazem convergências dentro do sistema penitenciário.

A realidade dentro do sistema é extremamente cruel com pessoas transexuais e travestis, sendo assim, o momento de chegada no presídio ocasiona a separação de outros detentos, precisamente sendo necessária a separação de celas, como uma estrutura mais segura dentro desses espaços.

Em alguns estados, uma pequena porcentagem no número de mulheres transexuais prefere estar dentro das celas sem a separação de gênero. Isto se dá por uma organização própria dessas meninas, normalmente quando existe uma voz mais ativa dentro dos presídios.

As mulheres transexuais em sua preferência, não querem estar dentro de presídios femininos por não serem aceitas como mulheres, a cisnormatividade difere os direitos dessas mulheres trans, por não terem o corpo dito “feminino”, portanto a preferência das

mesmas, são dentro da penitenciária masculina, tendo a separação das celas e alas masculinas.

Mesmo com essas preferências, essas mulheres têm seus direitos violados. Elas chegam a ser 14% mais violentadas, sendo alvo constante de violência, seja ela moral ou sexual. Também podem ter seus cabelos raspados ou padronizados, de acordo com o regime que aquele presídio se adequa. Acesso restrito aos seus itens de feminilidade (roupas, hormônios, acessórios de beleza), visitas de parentes e relações dentro do próprio presídio.

Existem alguns presídios em que existem alas LGBT onde essas pessoas podem ter acesso aos itens de feminilidade (shampoo, condicionador, sutiã, batom, maquiagens etc).

De acordo com os relatos trazidos no vídeo, os próprios agentes penitenciários são os causadores da transfobia, e que acabam se acostumando ao agir de forma desrespeitosa para com as meninas trans.

Em sua maioria, as meninas não têm acesso a sua transição, os presídios não dão acesso aos seus medicamentos ou formas de se sentirem mais femininas. Nem mesmo o nome social é respeitado. Muitas delas sofrem diversas agressões verbais como “bixas”, “mulherzinha” ou “pessoas anormais”, tendo seus direitos de respeito ignorado. Na rotina do presídio ocorrem situações em que são obrigadas a fazerem os serviços domésticos, e se acaso se recusarem, são violentadas ou punidas de forma vexatória, não dando opção para que haja uma recusa dessas tarefas.

REPORTAGEM: ESTUPRO E TORTURA: RELATÓRIO INÉDITO DO GOVERNO FEDERAL APONTA O DRAMA DE TRANS ENCARCERADAS EM PRESÍDIOS MASCULINOS.

Além da violência, as mulheres trans também enfrentam uma série de dificuldades geradas pelo preconceito da sociedade, incluindo os problemas que enfrentam, como detentas, no sistema carcerário do Brasil. Uma pesquisa realizada em 2020 pelo governo federal sobre a realidade da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no sistema carcerário mostra que travestis e transexuais sofrem constantes violências emocionais, físicas e sexuais, assim como práticas de tortura específicas da sua condição de gênero, dentro das prisões masculinas.

Nessa pesquisa, foram concedidos alguns relatos de mulheres trans que vivenciaram essa rotina de violência dentro de penitenciárias masculinas. Uma delas, Gabriela (nome fictício para proteger a identidade da vítima), de 41 anos, presa entre 2013 e 2018 em um dos maiores presídios masculinos de São Paulo, concedeu uma entrevista para o coordenador de pesquisa, Gustavo Passos:

“Quando cheguei na cadeia, a primeira coisa que os agentes penitenciários fizeram foi mandar eu trocar minhas roupas íntimas femininas por masculinas e cortar meu cabelo”, lembra Gabriela.

A ex-detenta conta também que, durante uma rebelião, foi usada como “escudo” pelos detentos e, quando o Grupo de Intervenção Rápida entrou no presídio, foi bolinada com cassetete quando os policiais descobriram que ela era trans. Violações sexuais também foram cometidas contra Gabriela: “Na minha primeira noite na cadeia, fui mandada para uma cela com 12 homens. Fui estuprada aquela noite toda. Depois, ao longo da pena, era comum ser estuprada no banheiro. A história da Gabriela se repete todos os dias dentro das penitências brasileiras. No ano de

2020, somente nos presídios paulistas, existiam cerca de 700 mulheres trans confinadas em cadeias masculinas. As violências sofridas por essas mulheres englobam: questões de segurança, assédio sexual e violência, acesso limitado a cuidados de saúde específicos e falta de reconhecimento de sua identidade de gênero, entre outros.

ARTIGO: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE MULHERES TRANS NO SISTEMA CARCERÁRIO.

As transexuais enfrentam vulnerabilidade ao buscar reconhecimento feminino, de acordo com o autor Cláudio Márcio do Carmo. A falta de oportunidades leva muitos à prostituição e à criminalidade, sendo necessário combater o preconceito e oferecer mais oportunidades de trabalho. As mulheres trans enfrentam desrespeito, desigualdades, violência e até mesmo morte, perdendo seus direitos fundamentais.

O encarceramento também é uma realidade para as mulheres trans envolvidas no submundo das drogas e do crime, mas as instituições prisionais não têm o objetivo de reintegrá-las à sociedade como acontece com homens e marginais.

O artigo de Rosa (2016) aborda a vida das mulheres transexuais em prisões masculinas, destacando o sofrimento causado pela falta de estrutura e pela falta de compreensão da justiça em relação à identidade de gênero. O relato de Vitória R. Fortes

expõe a violência e os abusos que ela sofreu, demonstrando o tratamento desumano e degradante enfrentado pelas mulheres transexuais no sistema prisional. A falta de respeito e a violação dos direitos são problemas sociais que afetam essa população tanto dentro quanto fora das penitenciárias.

O sistema prisional brasileiro enfrenta problemas de superlotação, falta de estrutura e precariedade, o que gera uma série de dificuldades, incluindo a reincidência criminal. A superlotação dos presídios é um fator que contribui para a instabilidade do ambiente carcerário e dificulta a ressocialização dos detentos. Essa situação afeta tanto a população carcerária quanto a sociedade em geral, resultando em altos índices de criminalidade.

A violação dos direitos das mulheres trans no sistema prisional é uma realidade que envolve desrespeito à identidade de gênero, violência e falta de proteção adequada.

André Carvalho Ramos diz que:

“Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna” (2020, p. 24).

O art. 5º, XLIX da CF/88, assegura que deve ser respeitada a integridade dos presos, visando o respeito à dignidade da pessoa humana.

Rosa (2016), discorre que:

“O cenário divulgado pela mídia e presenciado pela sociedade retrata a verdadeira realidade dos presídios no Brasil, que é totalmente excêntrico. A carência de estrutura digna, higiene, trabalho, ressocialização, alimentação decente e a superlotação são alguns dos fatores escassos que essa população carcerária em geral sofre em seu cotidiano. Em uma visão panorâmica, percebe-se o quanto é violado os princípios regidos dentro do nosso sistema, que vai a discordância com as normas, preceitos morais e/ou regras sociais no âmbito da coletividade (ROSA, 2016).”

Dráuzio Varella (2019) expõe que:

“Tratar as transexuais com indignidade não é apenas incentivar a violência ou violentá-las, é também não promover as condições necessárias para a sua segurança, física, mental, psicológica, bem como, estabelecer parâmetros de saúde para os que vivem nas penitenciárias”.

Naiditch (2014), discorre que:

“Quando o indivíduo é inserido ao cárcere é exposto a condicionantes precárias em que a prisão se apresenta”. E complementa que os exemplos dessa precarização da prisão e da pessoa presa são “sua sujeição a celas superlotadas, os motins que ocorrem pelos mais diversos motivos, pouca ou ausência de assistência médica, além das constantes tentativas de fugas” (NAIDITCH, 2014).”

O encarceramento de pessoas trans pode ser um ambiente hostil e violento, com violações dos direitos e falta de proteção adequada. A legislação penal brasileira ainda não oferece uma proteção específica para a diversidade sexual.

A Resolução Conjunta nº 11 de 2014 estabeleceu um sistema de alas específicas para detentas transexuais, visando proteger seus direitos. O Supremo Tribunal Federal determinou que as detentas sejam transferidas para instituições prisionais de acordo com sua identidade de gênero. Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma norma que considera a autodeclaração dos cidadãos LGBTQIA+ no sistema penal. Essas medidas visam garantir os direitos e a integridade das mulheres transexuais no sistema prisional.

ARTIGO: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE MULHERES TRANS NO SISTEMA CARCERÁRIO.

Portal de Notícias do STJ (Superior Tribunal de justiça), entrevista a mulher Transsexual Raica Souza.

Segundo o estudo com a metodologia de pesquisa em Artigos e dados, as transexuais passam por diversas dificuldades no sistema carcerário, mesmo com Resolução Nº 348/CNJ de 13/10/2020 qual tem como objetivo “a garantia do direito à vida e à integridade física e mental da população LGBTI, assim como à sua integridade sexual, segurança do corpo, liberdade de expressão da identidade de gênero e orientação sexual”. (art2, parágrafo1)

Apenas em 2020 que começou a ser debatido esse assunto, porém ainda falta muito para realmente ser colocado em prática.

Raica Souza: a primeira pessoa transsexual a ter seu nome social reconhecido pela OAB do Rio de Janeiro, em 2017 – mesmo ano em que Raica Souza buscava fazer valer a sua identificação social no cárcere –, a advogada Maria Eduarda Aguiar conhece

profundamente a importância do respeito à autopercepção da pessoa trans, dentro ou fora das celas.

Raica Souza é uma mulher transexual dona de um pensionato e produtora de eventos, disse que teve seu nome social negado, e além do preconceito sofrido vindo de outros presidiários, sofria demais com os agentes penitenciários, que chamavam ela de “mulher de tromba” e situações vexatórias como ficar nua na frente de outros, e era muito questionada pelos agentes que queriam cortar seu cabelo por estar em um presídio masculino, “por sorte não foi necessário cortar meu cabelo” diz Raica Souza.

Desafios e acessos a medicações:

Ao lado dos desafios que envolvem a identidade e a expressão social das pessoas transgênero nos presídios, existem questões de saúde e acompanhamento médico que atingem diretamente essa população.

Uma mulher transexual pode escolher passar por um procedimento hormonal para ganhar características físicas do gênero feminino; pode, ainda, decidir implantar silicone nos seios e em outras partes do corpo nesses casos, pode haver a recomendação de assistência psicológica ou psiquiátrica. Se essas pessoas são presas, como fica o atendimento de saúde?

Para o CNJ, nos termos da Resolução 348/2020, o público trans nos presídios mantém todos esses direitos; na realidade do sistema prisional, a situação ainda parece exigir atenção.

De acordo com a advogada Maria Eduarda Aguiar, a primeira preocupação dos grupos de proteção aos presos transexuais é o fornecimento do chamado PrEP (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV) e a realização de exames para detecção de doenças sexualmente transmissíveis.

Esses cuidados não decorrem dos preconceitos tradicionais arraigados na sociedade – que costumava culpar os homossexuais pela propagação do HIV –, mas de informações estatísticas: segundo a representante da Antra, enquanto a ocorrência da Aids é de 1% entre a população em geral, no caso das mulheres trans, esse percentual sobe para 40%.

“Assegurar o acesso à PrEP e à PEP, que são novas tecnologias de prevenção, e também a continuidade do uso da medicação para quem vive com HIV é fundamental para a sobrevivência dessas pessoas no cárcere”, enfatiza Bruna Benevides.

Outra questão urgente citada pela secretária da Antra é a criação de protocolos de atenção e cuidados em saúde mental também para pessoas que não estejam em processo de transição. Segundo ela, é comum a visão de que as pessoas trans só buscam cuidados em saúde mental quando estão querendo fazer algum tipo de modificação corporal; ou de que eventual sofrimento mental das pessoas trans se deve apenas ao fato de serem trans, “ignorando o ambiente, as violências e as violações aos direitos humanos que acontecem”.

O anticoncepcional e a transição de gênero

Em seu tempo de prisão preventiva, Raica Souza viu de perto as dificuldades de acesso ao acompanhamento médico. Ela conta que não precisou de nenhum cuidado específico de saúde por ser travesti – ela não tem silicone e não precisou de aplicação hormonal durante o período do cárcere –, mas relata que outras mulheres trans tiveram dificuldade para receber tratamento, inclusive contra a Aids.

A produtora de eventos também via dificuldades para as presas que tinham silicone. Certa vez – lembra –, uma travesti teve necrose em um dos seios e, por falta de acompanhamento médico, passou a viver na prisão com apenas uma das próteses.

Para Raica Souza, além dos cuidados específicos com a saúde do corpo e do acompanhamento hormonal, seria fundamental a assistência à saúde mental das presas trans. “Um psicólogo dentro do presídio ia ajudar bastante. Sei que já teve caso de suicídio no presídio em que eu fiquei”, afirma.

De acordo com o CDP Pinheiros II, atualmente, existe acompanhamento de saúde à pessoa trans desde que ela chega ao presídio. No caso de problemas com as próteses de silicone, a direção informa que a presa é encaminhada ao pronto-socorro e, na sequência, ao Hospital das Clínicas de São Paulo, para que receba atenção médica especial.

Quanto aos procedimentos de hormonização, segundo Ernani Rizzo, há problemas de compreensão dos próprios presos desse grupo sobre qual deveria ser o tratamento adequado em situações como a transição de gênero.

“Na unidade, as presas trans afirmam que gostariam de dar continuidade ao tratamento hormonal. Só que, quando perguntamos que tratamento recebiam, elas respondem que usavam a pílula anticoncepcional”, afirma. O tratamento com anticoncepcionais não é indicado pela comunidade médica para o procedimento de transição de gênero.

Ernani Rizzo conta que, nesses casos, a unidade orienta a presa trans sobre a necessidade de uma análise médica mais aprofundada para que, a partir dessa avaliação, o profissional de saúde possa indicar o tratamento adequado.

“Sem prescrição médica, elas não tomam nada. Não autorizamos que, por exemplo, a família simplesmente traga pílula anticoncepcional para a presa, porque isso vai causar efeitos colaterais adversos”, pondera o diretor.

No caso do Centro de Detenção Provisória Pinheiros II, em São Paulo, o diretor, Ernani Izzo, diz que a unidade tem realizado um trabalho de respeito à identidade LGBT+, permitindo, por exemplo, que as internas transgênero vistam as roupas que desejarem e utilizem o nome social.

Izzo conta que a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo mantém convênio com o Instituto de Identificação da Polícia Civil, responsável pela emissão dos documentos de identidade. No âmbito desse convênio, foram criados postos de atendimento dentro dos presídios estaduais, nos quais o preso pode solicitar a inclusão do nome social. “Quando o preso sai daqui, já sai com o nome social no RG”, afirma.

Ainda segundo o Fernando os agentes penitenciários recebem treinamentos para forma de tratamento a pessoas transexuais.

DOCUMENTÁRIO CLOSE – LGBT – 12 ANOS 2016

Unidade prisional Irmã Imelda Lima Pontes, em Itatinga, Região Metropolitana de Fortaleza.

Pudemos observar que dentro dessa prisão, existia-se o privilégio de um espaço menor e com menos prisioneiros. A maioria do público tratava-se de pessoas mulheres transsexuais, todas com muita feminilidade. Muitas delas, mesmo dentro da prisão, realizavam concurso de miss simpatia. Antes de serem condenadas a prisão, 99% delas possuíam emprego e menos de 20% carteira assinada.

O maior sonho que elas possuíam era as cirurgias, de peito, estética. Isso as levou a procurar meios de conseguir o dinheiro mais fácil. O maior trauma dentro da prisão era a depressão pós corte de cabelo, um absurdo, pois suas maiores vaidades estavam em seus cabelos compridos. Outro fator de grande dificuldade era o fato delas serem colocadas na prisão masculina, onde se sentiam oprimidas por conta de suas aparências femininas.

Um momento de dificuldade também foi a série de rebeliões em penitenciárias cearenses, onde foi contabilizada pelo menos 15 mortes em 24/05/2016 (Jornal Polícia).

Segundo o apontado pelas presidiárias, existia a dificuldade de estarem aprisionadas em cadeias grandes, onde isso as deixavam ainda mais vulneráveis aos preconceitos dos rapazes, “Eles não permitiam que usássemos roupas de mulheres” relatou uma delas.

Outra delas, apresentou suas tatuagens, identificando que tinha orgulho delas, todas com homenagens a alguém que lhe traria segurança do lado de fora. Temos várias pessoas com talentos lá dentro, manicures, maquiadoras, dançarinas, músicas.

O nome do documentário surgiu com base aos entendimentos delas. Close é tudo aquilo que é perfeito, tudo que é bonito, tudo que é bom, o melhor, é comparado ao ar. Algumas delas, identificam close como algo que se pode ser alcançado apenas fora da prisão, pois lá todas são iguais.

Informações importantes sobre o presídio: Com capacidade para 200 pessoas, o presídio acolhe internos de baixa periculosidade que necessitam de atendimento específico. Gays, travestis, bissexuais, idosos, cadeirantes e aqueles que respondem à Lei Maria da Penha: estes são os perfis dos internos recolhidos na unidade.

Personagens: Suyanne, Jéssica, Bruna e Nathália. Direção Geral do documentário: Rosane Gurgel. Roteiro: Rosane Gurgel, Helton Vilar.

Apoio: Governo do Estado do Ceará.

7. Análise e Discussão dos Resultados

O preconceito em relação a pessoas trans e travestis em presídios é uma questão séria que precisa ser discutida e combatida. Essa discriminação ocorre tanto no tratamento dado a essas pessoas durante o cumprimento de suas penas, quanto na falta de acesso adequado à terapia hormonal.

No ambiente carcerário, as pessoas trans e travestis frequentemente enfrentam violência física, verbal e sexual por parte de outros detentos e até mesmo de agentes penitenciários. Isso ocorre devido à intolerância e à falta de compreensão sobre a identidade de gênero dessas pessoas. O preconceito resulta em um ambiente hostil e inseguro, onde seus direitos básicos são constantemente violados.

Além disso, a falta de acesso adequado à terapia hormonal também é uma forma de discriminação. Muitas pessoas trans dependem desses hormônios para alinhar o corpo com sua identidade de gênero, promovendo seu bem-estar físico e emocional. No entanto, nos presídios,

o acesso a medicamentos hormonais é limitado ou inexistente, o que representa uma violação dos direitos à saúde dessas pessoas.

É fundamental que sejam implementadas políticas e medidas para garantir a segurança e o respeito às pessoas trans e travestis nos presídios. Isso inclui treinamento adequado para os funcionários do sistema prisional sobre diversidade de gênero e identidade trans, bem como a criação de espaços específicos para acomodar essas pessoas com segurança.

Além disso, é necessário garantir o acesso contínuo à terapia hormonal para as pessoas trans e travestis que necessitam dela. Isso pode ser feito por meio da disponibilização regular de medicamentos e acompanhamento médico adequado dentro dos presídios.

Combater o preconceito em relação a pessoas trans e travestis em presídios é uma questão de justiça e respeito aos direitos humanos. É necessário criar um ambiente inclusivo e seguro para que essas pessoas possam cumprir suas penas dignamente, sem serem alvo de discriminação e violência.

Além das medidas mencionadas anteriormente, é importante promover a conscientização e a educação sobre identidade de gênero e diversidade nas instituições prisionais. Isso pode ser feito por meio de programas de sensibilização e capacitação para detentos e funcionários, visando combater estereótipos e preconceitos.

Também é fundamental garantir o acesso à assistência jurídica especializada para pessoas trans e travestis em presídios, a fim de proteger seus direitos e garantir que sejam tratadas de forma justa perante a lei.

Além disso, é necessário estabelecer canais de denúncia seguros e confidenciais para que as pessoas trans e travestis possam relatar casos de discriminação, violência ou violação de direitos dentro do sistema prisional. Essas denúncias devem ser investigadas de forma imparcial e efetiva, com punição adequada aos responsáveis por qualquer forma de abuso.

Por fim, é importante envolver a sociedade civil, organizações não governamentais e ativistas na luta contra o preconceito em relação a pessoas trans e travestis em presídios. A colaboração entre diferentes atores pode fortalecer os esforços para promover a igualdade de direitos e o respeito à dignidade dessas pessoas.

É crucial lembrar que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, têm direito à igualdade, segurança e dignidade. O combate ao preconceito em relação a pessoas trans e travestis em presídios é parte essencial da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

8. Referências

- FERREIRA, C.; SILVA, J. Mulheres transgêneros encarceradas e as violações de direitos sofridas no sistema prisional brasileiro. Runa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22492/1/ARTIGO%20CI-ENT%C3%8DFICO%20MULHERES%20TRANSG%3%8ANEROS%20ENCARCERADAS%20E%20AS%20VIOLA%C3%87%C3%95ES%20DE%20DIREITOS%20SOFRIDAS%20NO%20SISTEMA%20PRISIONAL%20BRASILEIRO%20%28JOB-ERTH%20ALMONDES%20E%20CLAUDIO%20MANUEL%29.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- FRAME LATINO. Close-Documentário/LGBT 12 anos. YouTube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/NZAzJXGewHo?si=Ege1syHzfP9IyecM>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- IBCCRIM. Pessoas trans no sistema prisional brasileiro: cisnormatividade e violação de direitos. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OdqGB-Zl4QY>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- MODELLI, L. Estupro e tortura: relatório inédito do governo federal aponta o drama de trans encarceradas em presídios masculinos. G1, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/06/estupro-e-tortura-relatorio-inedito-do-governo-federal-aponta-o-drama-de-trans-encarceradas-em-presidios-masculinos.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transformando a prisão: diferentes olhares sobre direitos, dilemas e esperanças de presos e presas transgênero. STJ, 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/11122022-Transformando-a-prisao-diferentes-olhares-sobre-direitos--dilemas-e-esperancas-de-presos-e-presas-transgenero.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Presos e presas trans destacam a importância da identificação social nos presídios. YouTube, 2022. Disponível em: https://youtu.be/YS_rZoJS85s. Acesso em: 12 nov. 2022.

* Discentes da ATHON Ensino Superior.

** Luiz Guilherme Leite Amaral - docente da Escola de Gestão da ATHON Ensino Superior.